



169

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0008394-94.2013.8.17.0000(311.257-2)
Comarca: Recife
Juízo: 3ª Vara do Tribunal do Júri
Impetrante: Manassés Gomes da Silva
Paciente: Raldiney Rufino da Silva
Procurador de Justiça: Francisco Edison de Sá Júnior (por convocação)
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PREVENTIVA. VÍTIMA MORTA SOB SUSPEITA DE DENUNCIAR TRAFICANTES A POLÍCIA. EXTEMA VIOLÊNCIA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE EVIDENTE. TESTEMUNHAS. FUNDADO TEMOR. ÉDITO PRISIONAL CONCRETAMENTE FUNDAMENTADO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE.

1. Da leitura do édito prisional se revela claramente improcedente a argumentação vertida na inicial do *mandamus*, pois o juiz apontou, nominadamente, os fundamentos concretos e idôneos que servem de lastro à segregação antecipada do paciente.
2. O delito foi cometido com extrema violência e elementos colhidos na fase policial apontam como possível móvel do crime a suspeita de a vítima estar repassando à polícia informações sobre o tráfico local.
3. Não há falar em gravidade abstrata, mas da gravidade concreta que emana das circunstâncias do crime e do *modus operandi*, que instila fundado temor nas testemunhas e inegavelmente afronta a ordem pública e a paz social, autorizando a segregação cautelar do réu, como forma de assegurar a sadia coleta de provas e restabelecer a ordem e o sossego na comunidade onde ocorreu o delito.
4. Verificada a necessidade e pertinência da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente se não foram trazidos aos autos elementos idôneos para desconstituí-la.
5. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pela denegação da ordem, nos termos do relatório e votos e demais peças que juntas formam o presente aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator



370

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº: 0008394-94.2013.8.17.0000(311.257-2)
Comarca: Recife
Juízo: 3ª Vara do Tribunal do Júri
Impetrante: Manassés Gomes da Silva
Paciente: Raldiney Rufino da Silva
Procurador de Justiça: Francisco Edilson de Sá Júnior (por convocação)
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou habeas corpus em favor de **Raldiney Rufino da Silva**, denunciado por infração ao art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, com a pretensão de desconstituir o decreto preventivo exarado nos autos do Proc. n. 0015791-07.2013.8.17.0001, pelo Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, aduzindo que o édito constritor carece de fundamentação, estando apoiado em ilações abstratas acerca da gravidade do delito e no clamor público.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 14/151.

Indeferido o pleito liminar (fls. 157/157v), dispensei a requisição de juízo primevo, por se encontrar o feito suficientemente instruído.

O Procurador de Justiça convocado, Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior, por parecer de fls. 162/165, opinou pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

O Paciente foi autuado em flagrante delito no dia **03.03.2013**, sob acusação de haver ceifado a vida vítima mediante disparos de revólver.

Ao receber a comunicação da prisão, o juiz primevo se limitou a homologar o flagrante, por entender inconstitucional a regra insculpida no art. 310, II, do CPP, que prevê a conversão do flagrante em prisão preventiva pelo juiz, *ex-officio*, mesmo sem representação policial ou ministerial (fls. 96/102).

Ofertada a denúncia e requerida a prisão preventiva, o juiz decidiu decretar a custódia cautelar do Paciente, aos seguintes fundamentos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

"A respeito das circunstâncias do fato, ademais, a gravidade objetiva do ato criminoso apurado nestes autos, bem como o modo de agir relatado no caderno processual, também se apresentam como elementos empíricos suficientes à segregação cautelar do denunciado. Infere-se dos depoimentos coligidos durante as investigações que o réu supostamente teria, de inopino, efetuado disparos de arma de fogo contra a vítima, em decorrência do tráfico de drogas ilícitas, pois acreditava-se que esta mantinha contato com policiais militares, ocasião em que passava informações dos traficantes da localidade. Consta ainda nos autos do inquérito policial que durante a execução da conduta delituosa, quando a vítima veio postar-se ao chão em decorrência dos primeiros disparos, o imputado ainda teria efetuado mais dois tiros, consumando, em tese, o seu intento. Dessa forma, a conduta, assim delineada, praticada com extrema violência, ocasião em que a vítima teve sua vida ceifada, não pode entrar na rotineira violência e no sentimento de impunidade que assola a nossa sociedade, demonstra a gravidade incomum e concreta da ação delituosa. (...) Quanto ao fato de o réu ser supostamente envolvido no tráfico de drogas, entendo que existe provável comprometimento à instrução processual, ante o risco de influência sobre as provas a serem produzidas". (fl. 108).

Da simples leitura do decreto prisional se revela manifestamente improcedente a argumentação vertida na inicial do *mandamus*, porquanto o magistrado apontou, nominadamente, os fundamentos concretos e idôneos que servem de lastro à segregação antecipada do Paciente.

O delito foi cometido com extrema violência e os elementos colhidos na fase policial apontam como possível móvel do crime a suspeita de que a vítima estaria repassando à polícia informações sobre o tráfico local.

Não se está a falar em gravidade abstrata, mas da gravidade concreta que emana das circunstâncias do crime e do meio de execução utilizado, que instila fundado temor nas testemunhas e inegavelmente afronta a ordem pública e a paz social, autorizando a segregação cautelar do Paciente, como forma de assegurar a sadia coleta de provas e de restabelecer a ordem e o sossego na comunidade em que ocorreu o delito.

Com efeito, a gravidade concreta do delito, cujas circunstâncias e *modus operandi* evidenciam a periculosidade do Paciente e fornecem esteio empírico, concreto, idôneo e suficiente à medida extrema fustigada.

Não se pode reputar desmotivado e genérico decreto prisional que concretamente aponta a razões de fato e de direito que o respaldam.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

173

Desse modo, tenho que agiu com acerto o magistrado primevo ao decretar prisão preventiva do Paciente, que se apresenta respaldada em fatos concretos constantes dos autos, ensejadores da prisão preventiva.

Nesse sentido, se firma a jurisprudência do STJ:

O clamor público ou a necessidade de resguardar a credibilidade da Justiça, como bem lembrou o ilustre representante do Parquet Federal, não são motivos, por si sós, aptos à decretação da prisão preventiva sob o pálio da garantia da ordem pública; todavia, se esses fundamentos estiverem aliados à gravidade concreta do delito, perceptível pela forma como foi conduzido e realizado, então estará mais do que satisfeita a exigência legal. Esta 5a. Turma, em inúmeros julgados, secundando orientação do Pretório Excelso, tem ressaltado que a periculosidade do agente encontra-se ínsita na própria ação criminosa praticada em face da grande repercussão social de que se reveste o seu comportamento. Não se trata, frise-se, de presumir a periculosidade do agente a partir de meras ilações, conjecturas desprovidas de base empírica concreta, que conforme antes destacado não se admite, pelo contrário, no caso, a periculosidade decorre da forma como o crime foi praticado (modus operandi) (HC 100.267/SE, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 18.08.08). (STJ. HC 110175/SP. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. 5ª Turma. DJe. 06.10.2008)

Verificada a necessidade e pertinência da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente que não foram trazidos aos autos elementos idôneos para desconstituí-la.

Pelo exposto, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator